

Inquérito revela atos suspeitos

BRASÍLIA – O inquérito da Polícia Federal sobre o envolvimento do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), em operações fraudulentas com Títulos da Dívida Agrária (TDAs) está se transformando em devassa de sua gestão no antigo Ministério da Reforma Agrária, durante o governo José Sarney. Aberta há menos de uma semana, a investigação já provocou a exumação de desapropriações suspeitas assinadas por Jader em 1987 e 1988. Ontem, o advogado Gildo Ferraz entregou à Polícia Federal um dossiê com novos documentos contra o senador.

Gildo apresentou também a fita cassete que contém a gravação de uma conversa em que o ex-banqueiro Serafim Moraes e sua mulher, Vera Campos, acusam Jader de ter embolsado um cheque equivalente a US\$ 4 milhões dado em pagamento de TDAs provenientes da desapropriação de uma fazenda fantasma, a Paraíso, no interior do Pará. A desapropriação foi decretada em maio de 1988, quando Jader era ministro.

Perícia – A fita será enviada para perícia. Nela, Serafim afirma

que o cheque para a compra dos TDAs foi entregue ao “chefe”, referindo-se a Jader. A gravação reforça a versão de Gildo e complica a situação de Serafim e Vera. Desde que a conversa foi divulgada, os dois vêm negando as acusações contra o senador.

Entre os documentos entregues por Gildo estão quatro processos judiciais, dois inquéritos policiais e um relatório do Tribunal de Contas da União, todos sobre desapropriações irregulares. Na maioria dos documentos, Jader é acusado de ter reduzido os prazos de resgate dos TDAs de 20 anos para cinco e até dois anos. O senador também é acusado de ter pago indenizações sem que os imóveis desapropriados tivessem sido avaliados. Um dos casos é o da desapropriação de um conjunto de fazendas conhecido como Polígono dos Castanhais, no Pará. Segundo a denúncia, as terras eram impróprias para reforma agrária. Outra suspeita envolve a fazenda Colíder, em Mato Grosso. Jader é acusado de ter desapropriado terras que já eram do governo.

Chantagem – A ampliação da investigação é o contrário do que desejava Jader. O próprio senador pediu a abertura do inquérito policial, há duas semanas, alegando ser vítima de uma chantagem armada por Gildo Ferraz. Outra estratégia de Jader que está sendo contrariada é a tentativa de manter distância do caso da fazenda Paraíso. Ele diz que apenas assinou o processo, atendendo a parecer técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Um inquérito administrativo aberto pelo Incra mostra que a participação dele foi bem maior.

Gildo Ferraz entregou à Polícia Federal cópia do depoimento prestado pelo agrônomo Raimundo Picanço, um dos técnicos do Incra encarregados do processo da fazenda Paraíso. Ele contou que foi procurado por dois assessores, que teriam dito que o então ministro Jader Barbalho queria ver o caso da fazenda resolvido com rapidez. A conversa teria sido presenciada pelo então superintendente-adjunto do Incra no Pará, Henrique Santiago, e pelo suposto dono da fazenda, Vicente de Paula Pedrosa da Silva.